

II ENCONTRO DESENVOLVIMENTO DO CICLOTURISMO



**CIRCUITOS DE CICLOTURISMO
E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

LUIZ SALDANHA
JULIANA DECASTRO
RONALDO BALASIANO
Organizadores

II ENCONTRO DESENVOLVIMENTO DO CICLOTURISMO



CIRCUITOS DE CICLOTURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

1ª Edição - 2018
Rio de Janeiro
2019



Diagramação e Projeto Gráfico: Milla Scramignon
Revisor: Heloant Abreu Silva de Souza

Ficha Catalográfica

II Encontro para o desenvolvimento do cicloturismo: circuitos de cicloturismo e unidades de conservação/organizadores, Luiz Saldanha, Juliana DeCastro, Ronaldo Balassiano. Revisor: Heloant Abreu Silva de Souza - Rio de Janeiro: Coppe-UFRJ, 2019.

124p.: 21 x 29,7cm

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-285-0379-1

1. Engenharia de Transportes. 2. Desenvolvimento do Cicloturismo. 3. Bicicleta. I. Saldanha, Luiz. II. DeCastro, Juliana. III. Balassiano, Ronaldo. IV. Souza, Heloant Abreu Silva de

PARTE II

Anais da Mostra Acadêmica



PROGRAMA EXPERIÊNCIAS NA NATUREZA: UM ESTUDO DO PERFIL DO TURISTA

EXPERIENCES IN NATURE PROGRAM: A STUDY OF THE TOURIST PROFILE

Adriane de Assis Mota ¹¹
Gabrielle Ramos de Carvalho ¹²
Guilherme Rodrigues Souza ¹³
Giovanna Adriana Tavares Gomes ¹⁴
Elaine Gomes Borges da Silva ¹⁵

eBook completo: bit.ly/ebook_iiedesc

Portal do Encontro para o Desenvolvimento do Cicloturismo: planet.com.br/edesc/

FORMATO PARA CITAÇÃO:

MOTA, A. A.; CARVALHO, G. R.; SOUZA, G. R.; GOMES, G. A. T.; SILVA, E. G. B. Programa Experiências na Natureza: um estudo do perfil do turista. In: SALDANHA, L.; DECASTRO, J.; BALASSIANO, R. (Orgs.) II Encontro para o Desenvolvimento do Cicloturismo: Circuitos de cicloturismo e Unidades de Conservação. Rio de Janeiro: COPPE - UFRJ, 2019.

11 Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Goiânia (adriane.tur@gmail.com).

12 Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Goiânia, pesquisadora do Observatório do Turismo do Estado de Goiás (gabriellearvalhoturismo@gmail.com).

13 Graduando do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Goiânia (guilhermerpufg@gmail.com).

14 Mestra em Turismo e Hotelaria pela Univali, Coordenadora do Observatório do Turismo do Estado de Goiás (giotavares.adriana@hotmail.com).

15 Mestra em Turismo e especialista em Gestão de Negócios Turísticos, Universidade de Brasília (elaineborgesturismo@hotmail.com).

RESUMO

O Cicloturismo vem se desenvolvendo sustentado na perspectiva da educação ambiental aos quais órgãos governamentais se propõem a elaborar políticas e atividades de desenvolvimento turístico pautado nesta modalidade do Turismo de Aventura. Este é o caso do Programa Experiências na Natureza, desenvolvido pela Goiás Turismo, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente (SECIMA) do Estado de Goiás. Nesta pesquisa foi traçado o perfil do turista que participou dos eventos do Programa, pontuando perspectivas para a atividade no Estado. Tomou-se como base de dados o documento “Programa Experiências na Natureza em Dados”, desenvolvido por meio de pesquisa de campo realizada pelo Observatório do Turismo do Estado de Goiás. Conclui-se que o evento tomou proporções positivas, com ressalvas específicas quanto à organização, em relação à atividade turística sustentável no Estado de Goiás.

PALAVRAS CHAVE: turismo de aventura, cicloturismo, políticas públicas.

ABSTRACT

Cycle tourism has been developing sustained in the perspective of environmental education to which government agencies are proposing to elaborate policies and activities of tourism development ruled in this modality of Adventure Tourism. This is the case of the Experiences in Nature Program, developed by Goiás Turismo, in partnership with the Environment Secretariat (SECIMA) of the State of Goiás. This survey traced the profile of the tourist who participated in the Program's events, activity in the State. The document “Experiences in Nature in Data”, developed by means of field research carried out by the Observatory of Tourism of the State of Goiás, was taken as a database. It was concluded that the event had positive proportions, with specific organization, in relation to the sustainable tourism activity in the State of Goiás.

KEYWORDS: adventure tourism, cycle tourism, public policies.

1. INTRODUÇÃO

O Turismo é uma atividade em processo de crescimento e se destaca como um fenômeno econômico e social, e percebe-se um aumento da consciência sobre o papel que o turismo desempenha ou pode vir a desempenhar, tanto de forma objetivo ou, indireta ou continuada, sobre uma economia, no que se refere a de valor. (IBGE, 2008). Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), do ponto de vista formal, turismo é a soma de relações e de serviços resultantes de uma mudança de residência, temporária e voluntária, motivada por razões alheias a negócios ou profissionais. Já na ótica do autor Beni (1998, p. 38) turismo “é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físicos, econômicos e socioculturais da área receptora”. Krippendorf (2000, p. 14) afirma que “A necessidade de viajar é, sobretudo criada pela sociedade e marcada pelo cotidiano. As pessoas viajam porque não se sentem mais à vontade onde se encontram, seja nos locais de trabalho, seja onde moram. Sentem necessidade urgente de se desfazer temporariamente da rotina do dia-a-dia com o propósito de retomá-la ao regressar”. Um dos princípios mais relevantes encontrados nas definições de turismo são o tempo de permanência, o caráter não lucrativo da visita e a procura do prazer por parte dos turistas, como se pode perceber na explicação de De La Torre (1992 apud BARRETTO, 1995, p.13):

Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduo ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltipla inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Voltando para o foco das atividades turísticas e de lazer no meio natural, práticas esportivas se associaram para a criação de um produto que pudesse alcançar os turistas que buscavam elementos que compõem o que chamamos hoje de turismo esportivo, de aventura e ecoturismo. Estes três segmentos, definidos pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2010), se interagem pela possibilidade do desenvolvimento de atividades em ambientes naturais, através da prática esportiva que possuam ou não um teor de aventura, competitivas ou não. Direcionando para o ambiente em que a atividade turística se desenvolve, a natureza, padrões estratégicos de desenvolvimento e gerenciamento da atividade vem se direcionando sob a “pegada ecológica” no Brasil, a partir da inclusão de estratégias adotadas pelas Políticas Nacionais de Turismo no governo FHC, influenciadas pelas diretrizes estabelecidas na Rio 92 (BRASIL, 1995).

Tal processo resultou na busca por um Turismo Sustentável, que consiste em uma abordagem positiva que visa a redução dos impactos nocivos resultantes das interações entre empresas turísticas, turistas, meio ambiente e comunidades autóctones (BRAMWELL; LANE, 1993).

Protagonizando o Turismo de Aventura, o seguimento une atividades de aventura, esporte e recreação, executado predominantemente em ambientes externos e em meio à natureza (BRASIL, 2010). O público

que pratica esta atividade procura por paisagens naturais, ar puro, desafios, desenvolvendo uma consciência ecológica e de educação ambiental, cujo foco está na preservação da natureza (BRUHNS, 1997). Estas atividades estão ligadas também à prática de atividade física que, segundo Nahas (2001), é um hábito que possui fatores responsáveis pela qualidade de vida e saúde.

Para a OMT (2003, p.89), o Turismo de Aventura:

Baseia-se em características naturais e ambientais, como montanhas, rios, florestas, etc. diferente dos passeios tradicionais, onde os recursos naturais são apreciados por sua beleza visual, o turismo de aventura leva a pessoa a um contato íntimo com o ambiente e toma algo a ser desafiado ou enfrentado.

Extraíndo as modalidades possíveis dentro do segmento de Turismo de Aventura, podemos destacar o Cicloturismo, que consiste em viajar de bicicleta, em grupo, sendo competitiva e/ou cooperativa, com intuito de superação de limites, lazer e contemplação de paisagens. O cicloturista não se preocupa necessariamente com o destino final, mas sim com o trajeto, onde a principal atração é o caminho, a trilha, o percurso, e não o local em que irá repousar.

O Cicloturismo é um segmento de mercado de turismo que tem potencial para fornecer inúmeros benefícios econômicos, sociais e ambientais para a comunidade em geral (FAULKES, RITCHIE & FLUKER, 2007; LUMSDON, 1996, 2000; RITCHIE, 1998) indicam que o Cicloturismo pode ser resumido em fatores como:

• Pode estender-se em um único dia ou vários dias de viagem;
• Experiência de ciclismo em lugar afastado da região onde reside;
• A natureza da atividade de cicloturismo não é competitiva;
• Andar de bicicleta deve ser o objetivo principal da viagem;
• A participação no cicloturismo ocorre apenas em um ambiente ativo
• Cicloturismo é uma forma de recreação ou lazer.

Quadro 1: Fatores do Cicloturismo.
Fonte: Lamont (2009).

A representatividade do Cicloturismo no mundo pode ser observada sob a perspectiva econômica. Nos Estados Unidos, por exemplo, o segmento movimentou, para todas as atividades relacionadas ao ciclismo e turismo, uma grandeza próxima a USD 133 bilhões anuais – estimulando 1,1 milhão de empregos e gerando uma renda de USD 17,7 bilhões em impostos em nível federal, estadual e municipal (FLUSCHE, 2012). Destaca-se também os benefícios de perspectivas ambientais e sociais, como a redução da emissão de poluentes aéreos e sonoros, reutilização de recursos e vias já existentes e qualidade de vida (NTA, 2007). Assim, o desenvolvimento de redes cicloviárias se torna atraente e segura, porém ainda é incipiente em destinos turísticos, notadamente brasileiros (SALDANHA et al., 2015).

Cavallari (2012) afirma que o Cicloturismo vai além da eficiência e economia, pois a atividade pode ser utilizada como estratégia para a problemática da sazonalidade em destinos turísticos, pois permite a elaboração e estruturação de roteiros que contemplem um período de permanência menor e diversifi-

cação da oferta e atratividade turística.

Para Cavallari (2012, p.133):

Hoje, o cicloturismo representa muito mais do que apenas uma forma eficiente e econômica de viagem. Em meio à crise climática, aos questionamentos éticos e econômicos sobre nosso atual estilo de vida, nossos métodos de produção e hábitos de consumo, diante da busca constante e mais responsável por melhor qualidade de vida, novamente a bicicleta, através do cicloturismo, apresenta seu discurso revolucionário e libertário.

No Brasil, a interface do ciclismo e do turismo possui uma visão integrada para o desenvolvimento do Cicloturismo fundamentada nas políticas cicloinclusivas. “Uma política cicloinclusiva é aquela que busca integrar o uso da bicicleta na rede de transporte com condições seguras e eficientes” (BID, 2015, p. 1). Parte do princípio de que toda a rede viária também é de utilização dos ciclistas, e que a visão interdisciplinar na teoria e na prática de planejamento tornou a bicicleta um importante instrumento estratégico para o gerenciamento da mobilidade em referência aos outros meios de transporte (SAGARIS, 2015).

As Políticas Públicas para o desenvolvimento do Cicloturismo no Brasil se faz um recurso essencial, pois, como nos mostra Beni (2003), o fortalecimento da atividade turística é dependente da compreensão de que as políticas públicas de turismo é o conjunto de fatores condicionantes e diretrizes básicas que exprimem caminhos para atingir objetivos globais, determinando prioridades da ação executiva, supletiva e assistencial do Estado.

Para melhor compreensão do conceito de Políticas Públicas, Dias (2003) afirma que se constituem em “conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade”. São formadas por “linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum” (DIAS, 2003, p. 121), sendo uma ação que reflete o pensamento e a ação do governo em favor do bem coletivo.

O Cicloturismo tem como uma de suas principais características a flexibilidade oferecida aos usuários, permitindo o acesso à diversos destinos turísticos que sejam poucos acessíveis por transportes motorizados. Todavia, para o desenvolvimento da atividade, se faz necessária uma infraestrutura adequada para a sua demanda real e potencial (NTA, 2007). Segundo o Sebrae (2009, p. 4):

Conhecer o perfil do turista é indispensável para um destino turístico que deseja ser competitivo frente aos desafios do Setor. Sendo assim, faz-se necessário dispor-se de informações que norteiem assertivamente o planejamento estratégico de uma região, tanto para sua qualificação com o objetivo de atender e surpreender seus clientes, quanto para definições adequadas de ações de mercado e comercialização, promovendo, assim, o aumento do fluxo de turistas e o desenvolvimento sustentável dos destinos.

Nesta perspectiva, instrumentos de orientação para o desenvolvimento da atividade são criados, pensando na eficiência das políticas públicas que buscam um significativo retorno econômico e social do

Cicloturismo. Temos como exemplo o “Circuitos de Cicloturismo: Manual de incentivo e orientação para os municípios brasileiros”, que se caracteriza como um instrumento de orientação para técnicos e dirigentes do poder público e parceiros para o desenvolvimento de circuitos e/ou roteiros de Cicloturismo (SOARES, 2010).

Conforme Carvalho, Ramos e Sydow (2013) cabe a inspeção periódica e manutenção preventiva desses equipamentos. O responsável pela operação deve avaliar as habilidades do cliente em um percurso teste ou num trecho inicial do próprio percurso, cujo objetivo dessa avaliação é verificar sua aptidão física para seguir o roteiro. Antes da partida, os organizadores devem ainda esclarecer algumas informações tais como: tempo de duração e tipo do percurso, pontos e horários para alimentação; descrição das características do local; procedimentos de mínimo impacto ambiental; descrição dos cuidados com a segurança; verificação e exigência de vestuário apropriado para a atividade e se inclui seguro para os participantes.

No Estado de Goiás, as primeiras iniciativas que sustentam o Cicloturismo regional se concretizam com a criação de ciclovias no Município de Goiânia e nas rodovias estaduais, totalizando, em 2015, 76,8km de ciclovias goianas (GOIÁS, 2015a). Outro projeto de Cicloturismo desenvolvido pelo Estado de Goiás foi o Programa Experiências na Natureza, sob a responsabilidade da Goiás Turismo e da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA. O Projeto compõe o cenário de políticas públicas de turismo no estado, propondo um evento, sob o segmento de Turismo de Aventura, que proporcionasse a interação com a natureza (GOIÁS, 2016). Esta interação com a natureza se deu com a visita e a prática do Cicloturismo em Unidades de Conservação no território goiano.

A partir da necessidade de uma observação aprofundada dos dados sobre os cicloturistas, definimos como questão norteadora deste trabalho: Como se caracteriza o perfil do cicloturista quanto aos aspectos sociodemográficos, bem como sua satisfação com o Programa Experiências na Natureza?

O estudo tem como objetivo propor um melhor entendimento do leitor sobre os conceitos do cicloturismo, bem como apresentar perfil do turista que participou do Programa Experiências na Natureza, desenvolvido pela Goiás Turismo em suas seis edições, e analisar qual o benefício do programa para a valorização das Unidades de Conservação e comunidades próximas através de uma análise crítica dos dados pesquisados e analisados pelo Núcleo de Pesquisa - Observatório do Turismo e divulgados por meio do relatório técnico “Programa Experiências na Natureza em Dados”.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização deste trabalho, tomamos como aporte metodológico a revisão narrativa de literatura e análise crítica dos resultados. Para Cervo e Bervian (2002) a revisão narrativa de literatura resulta em uma síntese qualitativa dos resultados com análise crítica baseado nas leituras de obras e documentos.

O objeto abordado neste é o “Programa Experiências na Natureza” que compôs o Plano de Governo do Estado de Goiás denominado Experiências Inesquecíveis (2015/2016). O “Programa Experiências na Natureza” foi executado em parceria com a SECIMA, que cedeu o espaço de Unidades de Conservação no território goiano. Os dados a serem analisados são oriundos do documento “Programa Experiências na Natureza em Dados”, fornecido pelo Observatório do Turismo do Estado de Goiás. O documento consiste em um relatório de pesquisa sobre questões que circundaram o “Programa Experiências na Natureza”.

A partir de uma leitura geral do documento, foi selecionado o Resumo Geral dos Dados Programa Experiências na Natureza. Julgamos estes dados como suficientes para termos uma visão geral do que foi o Programa. Após a leitura do documento, tecemos inferências qualitativas para avaliar o Programa no que tange a sua execução, efetividade e responsabilidade.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A Agência Estadual de Turismo (Goiás Turismo), órgão oficial de Turismo no Estado de Goiás que tem como missão executar a política estadual de turismo em conjunto com a SECIMA, desenvolveram o projeto do Cicloturismo e trilhas via Programa Experiências na Natureza que foi realizado entre os anos de 2015 e 2016, em cinco Unidades de Conservação de Proteção Integral no Estado de Goiás, envolvendo 11 municípios goianos, como podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Unidades de Conservação e Municípios do Programa Experiências na Natureza.

Unidade de Conservação	Esfera	Municípios envolvidos
Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PES-CaN)	Estadual	Caldas Novas
Área de Proteção Ambiental (APA) Rio-Parque do Araguaia	Federal	Caiapônia
Parque Estadual de Terra Ronca (PETeR)	Estadual	São Domingos; Posse; Guarani
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	Federal	Cavalcante; Alto Paraíso; São Jorge
Parque Estadual dos Pireneus	Estadual	Pirenópolis; Corumbá; Cocalzinho de Goiás

Fonte: Goiás (2016), adaptado.

O Programa realizou sete eventos, sendo que seis deles estavam ligados ao cicloturismo e um voltado para corrida/trilha. Apresentando os eventos, respeitando a cronologia da execução, primeiramente temos a “Expedição Experiência na Serra de Caldas Novas”, realizado no dia 19 de dezembro de 2015, no PESCaN. Em seguida, temos a “Expedição Travessia Serra dos Caiapós”, realizado no dia 24 de janeiro de 2016, na APA Rio-Parque do Araguaia. Prosseguindo, realizou-se nos dias 27 e 28 de fevereiro, a “Expedição Travessia Grutas e Cavernas Terra Ronca”, no PETeR. Consequente, foi realizado a “Expedição Chapada dos Veadeiros”, no dia 12 de março, em Alto Paraíso e São Jorge, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. No dia 26 de março o Programa seguiu com a “Expedição Serra dos Pireneus”, tendo o Parque Estadual dos Pireneus como palco.

Finalizando a modalidade de cicloturismo, o programa volta ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros no dia 16 de abril, com o “Kalunga Mountain Bike”, no município de Cavalcante. Mudando o perfil esportivo, o programa retorna ao PESCaN com a “1ª Corrida Rústica Serra de Caldas Novas” no dia 30 de abril. Considerando o posicionamento geográfico de cada evento (apresentado complementarmente na Figura 1), podemos observar que o programa foi bem distribuído espacialmente, contemplando boa parte das regiões turísticas, com exceção da Região do Noroeste Goiano.

A atividade proposta pelo Programa Experiências na Natureza entra em consenso com o que os autores Neiman e Rabinovici (2002) abordam sobre a Educação Ambiental. Os mesmos acreditam que este processo de conscientização ambiental se dá através da relação direta do homem com a natureza, criando laços emocionais e sentimento de pertencimento do meio. Sendo assim, o Cicloturismo vai muito além, pois promove uma experiência única que pode influenciar na mudança de hábitos dos participantes e também movimentar a economia de base local das comunidades onde o evento ocorre.

Após o reconhecimento do ambiente e importância da execução do Programa Experiências na Natureza para melhorar a atratividade turística das unidades de conservação e qualidade de vida das comunidades autóctones, apresentamos os dados do perfil do participante, com o resultado quantitativo mode-rado entre os eventos.

Foram entrevistados 437 participantes durante todo o Programa, onde a predominância de gênero foi o masculino, com o número de 357 (81,7%) contra 80 (18,3%) do gênero feminino. A seguir, observamos o Mapa Geral com os dados sobre o gênero dos participantes detalhado por evento (Figura 1).

Neste dado, observamos uma disparidade significativa entre os gêneros dos participantes. Autores como Mourão (1998) e Goellner (2005) tratam a disparidade entre os gêneros de esportistas como resultado do patriarcado enraizado na cultura esportiva onde a participação do sexo feminino em competições esportivas só foi definitivamente creditada a partir do século XX, porém com ressalvas de participação em determinadas modalidades.

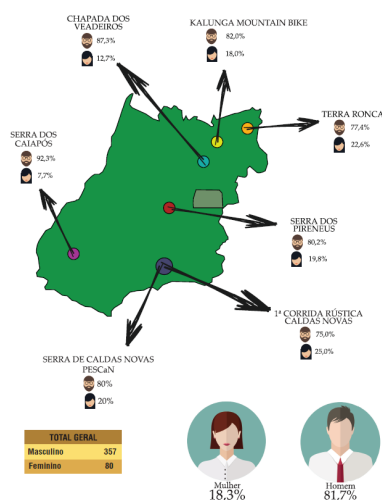


Figura 1: Mapa Geral do Gênero dos Participantes.
Fonte: Goiás (2016), adaptado.

No que trata sobre o perfil de aperfeiçoamento do atleta, observamos uma significativa participação de atletas amadores (67,5%) versus atletas profissionais (32,5%) (Figura 2), o que nos induz à percepção de maior envolvimento de pessoas que não são esportistas profissionais em atividades que buscam melhor qualidade de vida.

Profissional 32,5%		Amador 67,5%	
Profissional		Amador	
Serra de Caldas Novas - PESCaN	10,3%	Serra de Caldas Novas - PESCaN	89,7%
Serra dos Caiapós	5,8%	Serra dos Caiapós	94,2%
Terra Ronca	0,0%	Terra Ronca	100%
Chapada dos Veadeiros	6,0%	Chapada dos Veadeiros	94%
Serra dos Pireneus	2,5%	Serra dos Pireneus	97,5%
Kalunga Mountain Bike	73,3%	Kalunga Mountain Bike	26,7%
1ª Corrida Rústica - Serra de Caldas	71,7%	1ª Corrida Rústica - Serra de Caldas	28,3%

Figura 2: Percentual de Atletas Amadores e Profissionais.
Fonte: Goiás (2016), adaptado.

Este dado serve de alerta para a organização do evento, pois estes atletas possuem algumas necessidades específicas e precisam de orientações e acompanhamento direcionados em relação aos impactos, evitando possíveis lesões e contratempas que podem despende energia dos organizadores que não se precaverem quanto ao assunto. Como exemplo de importância sobre a questão, tomamos Lippo e Salazar (2007) que constataram em sua pesquisa, com uma amostra de 210 pacientes de uma clínica de fisioterapia, que a maioria dos lesionados por acidentes esportivos eram amadores, carentes de treinamento esportivo que os preparassem para resistir aos impactos decorrentes do esporte. Quanto à idade dos participantes, a média geral foi de 33,3 anos, com a mínima e a máxima variando entre 14 e 71 anos. Podemos observar a seguir (Figura 3) a idade média dos participantes em cada evento:

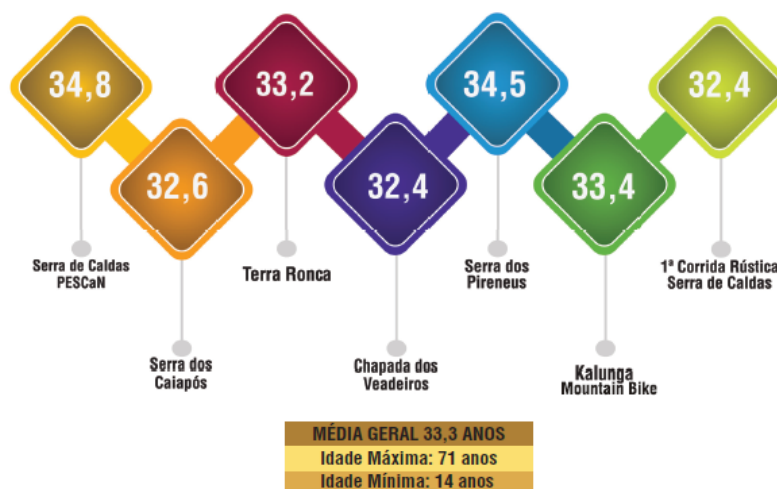


Figura 3: Idade Média Geral dos Participantes.
Fonte: Goiás (2016), adaptado.

Como observamos, a idade mínima registrada dos participantes na pesquisa foi de 14 anos. Esta situação nos mostra um equívoco da organização quanto ao cumprimento das regras. O Regulamento do Programa traz no item 1.3 como texto “Poderão participar ciclistas maiores de 18 anos, de ambos os sexos” (GOIÁS, 2015b). Registros fotográficos comprovam também que a regra foi burlada. Esta situação deve servir de atenção, pois quando se confeccionam regras de participação, o perfil do participante é delineado para melhor enquadramento das necessidades, assim, abrir exceção às regras pode ser uma ação irresponsável e, também, perigosa. Ao observarmos o poder econômico dos participantes, percebemos que a média da Renda Mensal Individual dos participantes do Programa foi de R\$ 3.378,86, na época (Figura 4). Este valor era equivalente a aproximadamente quatro salários mínimos.



Figura 4: Renda Mensal Individual
Fonte: Goiás (2016), adaptado.

Julgando a partir destes valores, podemos afirmar que o participante possuía poder econômico que possibilitava a aquisição do material básico exigido para a participação do evento, como descrito no item 2.1 do regulamento. Na questão da origem dos participantes (Figura 6), o número ficou dividido em Turista (65%) e Turista Cidadão (35%). A proporção de Turista Cidadão é notoriamente significativa, por ocupar 1/3 do número de participantes. Isto mostra que o cidadão está tomando os seus espaços no que tange à qualidade de vida (SEIDL; ZANNON, 2004) e o direito ao lazer (PEREIRA, 2009).

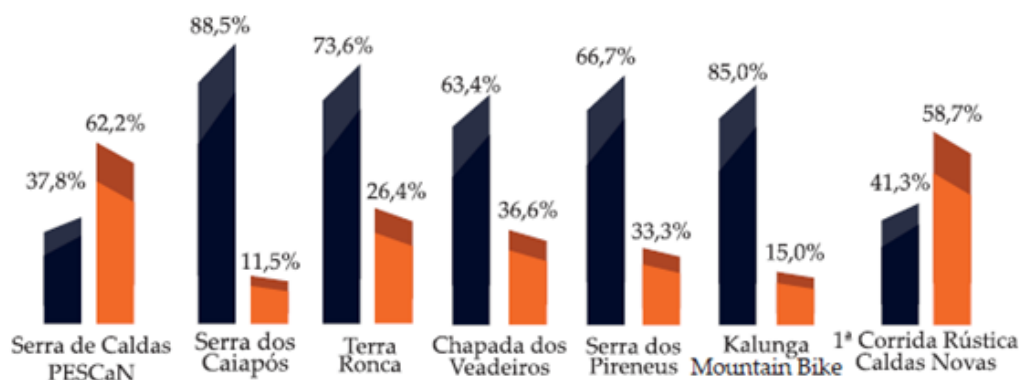


Figura 5: Categoria dos Participantes
Fonte: Goiás (2016), adaptado.

O Programa buscou ter um retorno de informações em relação ao Planejamento, Organização e Apoio (Figuras 6 e 7). Quanto ao planejamento do evento, a nota de avaliação recebida foi de 4,01. Em relação à organização e apoio do evento, a nota de avaliação recebida foi de 4,36. Os resultados indicados mostram que a qualidade do evento ficou acima da média, porém, com ressalvas em relação ao horário das atividades e alimentação fornecida, por exemplo. Eventos esportivos carecem de detalhes específicos para garantir a segurança dos participantes e qualidade da atividade (ABEOC, 2013).

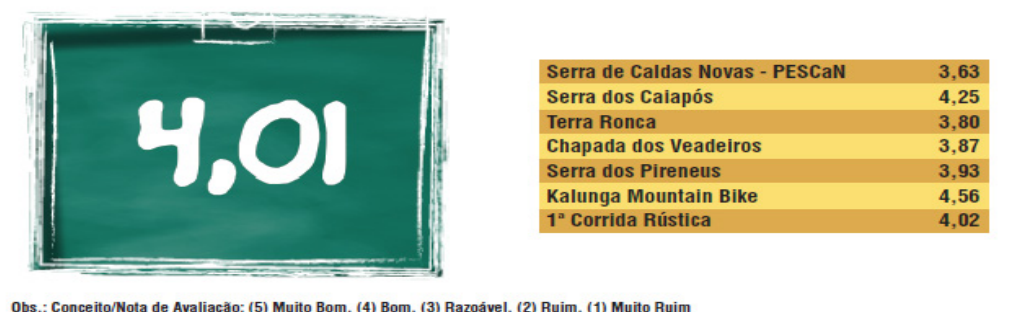


Figura 6: Avaliação do Planejamento do Evento.
Fonte: Goiás (2016), adaptado.



Figura 7: Avaliação da Organização e Apoio do Evento.
Fonte: Goiás (2016), adaptado.

Por último foi questionado ao participante qual fonte de informação ele teve conhecimento sobre o evento (Figura 8). Em primeiro lugar constam informações advindas das Redes Sociais (44%) e em segundo lugar a indicação de amigos e parentes (33,5%). Estes dados mostram que fontes de informação, virtual ou presencial, que contemplem a possibilidade de troca de expressões e sentimentos (relações sociais) foram as mais utilizadas para a tomada de decisão para a participação do evento.

Redes Sociais



44%

Serra de Caldas - PESCaN	71,1%
Serra dos Calapós	55,8%
Terra Ronca	51,9%
Chapada dos Veadeiros	53,7%
Serra dos Pireneus	57,7%

Amigos e Parentes



33,5%

Kalunga	61,7%
1ª Corrida Rústica	71,3%

Figura 8: Principal fonte de Informação
Fonte: Observatório do Turismo do Estado de Goiás (2016), adaptado.

Dentre os aspectos na avaliação do consumidor, segundo Paiva e Neves (2008), destaca-se a “análise do processo de decisão de compra”, que, para Kotler (apud PAIVA; NEVES, 2008), é influenciado por: estímulos de marketing, como o produto, preço, meios de comunicação e distribuição; estímulos de ambiente, como fatores econômicos, tecnologia, fatores políticos e culturais, e; características culturais, sociais, pessoais e psicológicas desse comprador (grifo nosso).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como tema focal o Cicloturismo, mais precisamente uma avaliação dos cicloturistas que participaram do Programa Experiências na Natureza nos seguintes itens: gênero dos participantes, percentual de atletas amadores e profissionais, idade média geral dos participantes, renda mensal individual, categoria dos participantes, avaliação do planejamento do evento, avaliação da organização e apoio do evento e principal fonte de Informação e percepção do cicloturismo como uma segmento de mercado propício para fornecer inúmeros benefícios econômicos, sociais e ambientais para a comunidade onde ocorre o evento que foi idealizado e organizado pela Goiás Turismo, em parceria com a SECIMA, em cinco Unidades de Conservação sítidas em território goiano, como uma política de estado via plano Turismo “Experiências Inesquecíveis” e seu programa “Experiências na Natureza”. O Programa, desenvolvido entre os anos de 2015 e 2016, teve como finalidade a apresentação da diversidade da fauna e flora de várias localidades do Estado de Goiás, além de promover um “turismo ecológico sustentável”, como afirmou o Diretor de Desenvolvimento, Pesquisa Turística e Eventos da Goiás Turismo (GOIÁS, 2016).

A ideia de pesquisar o cicloturista surgiu da observação sobre a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento do Cicloturismo, onde compreender o perfil dos consumidores é um pré-requi-

sito para um produto eficiente. Apenas conhecendo o consumidor, se pode construir um produto que atenda suas exigências.

O fato é que Goiás Turismo considerou importante a realização de pesquisas sobre o público, através do Observatório do Turismo do Estado de Goiás, tornando possível a realização deste trabalho, cujo objetivo geral era delinear o perfil do turista participante do Programa Experiências na Natureza, através de uma análise crítica dos dados coletados divulgados pelo documento “Programa Experiências na Natureza em Dados”. Com os dados coletados com os 437 participantes do Programa Experiências na Natureza, pode-se concluir que o perfil do cicloturista é composto em sua maioria por homens, têm entre 14 e 71 anos, renda mensal individual média de R\$3.378,86, e são, na maioria, atletas amadores. O público participante é composto por 2/3 turistas e 1/3 turistas cidadão.

Quanto às avaliações acerca do evento, os participantes avaliaram como boa a qualidade do evento, segundo a escala estabelecida no questionário aplicado, no que tange o planejamento, organização e apoio. Sobre a divulgação, boa parte das informações recebidas pelos participantes partiram de redes sociais e indicação de pessoas conhecidas, o que caracteriza que a personalidade na divulgação do evento foi uma garantia de participação. Com ressalvas que devem ser consideradas, a estrutura do Programa Experiências na Natureza é eficiente e bem recebida pelo público, pois a proposta foi realizada em sua primeira edição. Com tantos aspectos positivos, tomamos a liberdade de indicar a realização de uma nova edição, que mantenha a proposta de educação turística e ambiental, mas que contemple, também, novos espaços e comunidades, democratizando a prática da atividade turística. Considerando esta uma estratégia desenvolvida através de uma política pública, a mesma não deve ser traçada com o intuito de apenas realizar eventos. Deve-se levar em consideração que as estratégias devem contemplar, acima de tudo, um planejamento coerente com o protagonismo da comunidade receptora, a responsabilidade ambiental e a responsabilidade social, não visando apenas o aspecto econômico, e sim a qualidade de vida do cidadão.

No decorrer da pesquisa concluímos que o cicloturismo vai muito além de um simples nicho de mercado, é uma experiência única que pode mudar os hábitos das pessoas participantes e também a economia de base local das comunidades que habitam as proximidades dessas unidades de conservação.

REFERÊNCIAS

ABEOC BRASIL. Associação Brasileira De Empresas De Eventos. (2012). MTur incentiva cicloturismo. Disponível em: <<http://www.abeoc.org.br/2012/02/mtur-incentiva-cicloturismo/>>. Acesso em: Agosto/2017.

_____. Evento Seguro: Orientações sobre segurança em eventos. Disponível em: <http://www.abeoc.org.br/wp-content/uploads/2014/02/cartilha_evento--seguro_web.pdf>. Acesso em: Agosto/2017.

ABNT. Associação Brasileira De Normas Técnicas (2007). NBR 15509-1: Cicloturismo – Parte 1: Requisitos para produto. 1 ed. Rio de Janeiro: Abnt.

_____. (2016). Guia de implementação: Turismo de aventura – Sistema de gestão da segurança [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: ABNT; Sebrae. Disponível em: <<http://abnt.org.br/paginampe/biblioteca/files/upload/anexos/pdf/bdca9a1aa7e53c40a9785ed2674002ff.pdf>>. Acesso em: Agosto/2017.

- ALEXANDRE, L.M.M. (2003). Política de turismo e desenvolvimento local: um binômio necessário. In: BEZERRA, D.M.F. (org.) Planejamento e gestão em turismo. São Paulo: Roca.
- ANDRÉ GERALDO SOARES (2010). Viaciclo - Associação dos Ciclosuários da Grande Florianópolis. Circuitos de Cicloturismo: manual de incentivo e orientação para os municípios brasileiros. Florianópolis: Viaciclo. Disponível em: <<http://www.clubedecicloturismo.com.br/arquivos/Manual-Circuitos-Cicloturismo.pdf>>. Acesso em: Agosto/2017.
- BENI, M. C. (2002). Análise Estrutural do Turismo. 7ª. ed. São Paulo: SENAC.
- BID. Banco Interamericano De Desenvolvimento. (2015). Ciclo-inclusión em América Latina y el Caribe: Guía para impulsar el uso de la bicicleta. Cidade do México: BID.
- BRAMWELL, B.; LANE, B. (1993). Sustainable Tourism: An Evolving Global Approach. Journal Of Sustainable Tourism, v. 1, n. 1, p.1-5. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/ref/10.1080/09669589309450696?scroll=top>>. Acesso em: Agosto/2017.
- BRASIL. Fernando Henrique Cardoso (1995). Presidência da República. Política de Turismo: 1996-1999. Brasília.
- _____. Ministério do Turismo. (2010). Segmentação do turismo e o mercado. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- _____. Ministério do Turismo. (2011). Roteiros do Brasil. Brasília: Ministério do Turismo.
- _____. Ministério do Turismo (2016). Cicloturismo promove paisagens naturais, história e cultura de Minas: Experiência de contato com a natureza e com o estilo de vida dos destinos encantam os viajantes que optam pela bicicleta. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/6188-cicloturismo-promove-paisagens-naturais,-historia-e-cultura-de-minas-gerais.html>>. Acesso em: Agosto/ 2017.
- BRUHNS, H. T. (1997). O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, Célia e BRUHNS, Heloísa T. (Orgs). Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente. Campinas, SP: Papirus.
- CARVALHO, T,J.L; RAMOS, J.L.; SYDOW, E. O cicloturismo como fator de desenvolvimento da atividade turística nas cidades de Araguaia e Nova Olinda (TO). Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Internacional de Turismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileiro de Ecoturismo. São Paulo, v.6, n. 4, Nov 2013, p,p 63-82.
- CAVALLARI, G. (2012). Manual de mountain bike & cicloturismo. São Paulo: Kalapalo.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. (2002). Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall.
- DIAS, R. (2003). Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas.
- GOELLNER, S. V. (2005). Gênero. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. Dicionário Crítico de Educação Física. Ijuí: Unijuí, p. 207-209.
- GOIÁS. (2015a). Agência Goiana de Transportes e Obras. Ciclovias no Estado. Disponível em: <<http://www.agetop.go.gov.br/noticias/ciclovias-no-estado/202004>>. Acesso em: Agosto/2017.
- _____. (2015b). Agência Estadual de Turismo. Programa Experiências na Natureza: Regulamento. Goiânia: Goiás Turismo, 7 p.
- _____. (2016) Agência Estadual de Turismo. Programa Experiências na Natureza em Dados. Goiânia: Goiás Turismo. 125 p. Observatório do Turismo do Estado de Goiás.
- LAMONT, Matthew. Reinventing the Wheel: A Definitional Discussion of Bicycle Tourism. Journal of Sport & Tourism. Vol. 14, No. 1, February 2009.
- LIPPO, B.; SALAZAR, M. (2007). Etiologia das lesões esportivas: um estudo transversal. Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, São Paulo, v. 1, n. 2, p.25-34, mar/abr.
- MOURÃO, L. (1998). A representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação à democratização. Tese (Doutorado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro: UGF.

NAHAS, M.V. (2001) Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida Conceitos e Sugestões Para Um Estilo de Vida Ativo. Londrina: Midigraf.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (2002). O cerrado como instrumento para Educação Ambiental em atividades de Ecoturismo. In: NEIMAN, Z. (org.). Meio ambiente, educação e ecoturismo. Barueri: Manole.

NTA. National Transport Authority. (2007). A strategy for the development of Irish Cycle Tourism: Conclusions Report. Dublin.

OMT. Organização Mundial do Turismo (2001). Introdução ao Turismo. Madrid.

_____. Organização Mundial do Turismo. (2003). Turismo Internacional: uma proposta global. Porto Alegre. Bookmann / OMT--OWT-BTO.

PAIVA, H. A. B. de; NEVES, M. F. (2008). Planejamento Estratégico de Eventos: Como organizar um plano estratégico para eventos turísticos e empresas de eventos. São Paulo: Atlas.

PEREIRA, M. A. S. (2009). DIREITO AO LAZER E LEGISLAÇÃO VIGENTE NO BRASIL. Revista Eletrônica do Curso de Direito [online], v. 4, n 2, p. 1-17. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/7030/4248>>. Acesso em: Agosto/2017.

RITCHIE, Brent W. TKACZYNSKI, Aaron. FAULKES, Pam. Understanding the motivation and travel behavior of cycle tourists using involvement profiles. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 27:409–425, 2010.

RODRIGUES, A. B. (1997). Turismo desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec.

SAGARIS, L. (2015).Lessons from 40 years of planning for cycle-inclusion: Reflections from Santiago, Chile. *Natural Resources Forum*, v. 39, n. 1, p. 64–81.

SALDANHA, L.; FRAGA, C. (2015). SANTOS, M. P. DE S. Discussões preliminares sobre serendipidade, bicicleta e turismo envol-vendo a Ilha de Paquetá no Rio de Janeiro (RJ). *Caderno Virtual do Turismo*, v. 15, n. 3, p.378-389.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. da C. (2017). Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2004, v.20, n.2, p.580-588. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000200027&script=s-ci_abstract&lng=pt>. Acesso em: Agosto/2017.

WWF BRASIL. World Wide Fund For Nature. Pegada Ecológica? O que é isso? [201-?]. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/o_que_e_pegada_ecologica/>. Acesso em: Agosto/2017.